

Resenha de *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate*

Book review of Neutral gender language: language and gender on debate

Lurian da Silveira Chaves¹

luriiian7@gmail.com

Em “Linguagem ‘neutra’: língua e gênero em debate”, organizado pelos professores Fábio Ramos Barbosa Filho e Gabriel de Ávila Othero e publicado em 2022 pela Parábola Editorial, os autores propõem-se a responder a muitas dúvidas que vêm surgindo com relação à linguagem neutra ou linguagem inclusiva, tema recorrente nos últimos anos. No livro são elaboradas, sob diferentes perspectivas teóricas dos estudos linguísticos, reflexões fundamentadas em investigações científicas, justamente uma contribuição da linguística enquanto ciência para esclarecer novos fenômenos que são muito discriminados pela sociedade em geral.

O volume é composto por nove capítulos escritos por pesquisadoras e pesquisadores de múltiplas áreas dos estudos linguísticos atuantes em diferentes universidades do Brasil, um dos capítulos também é escrito por Mara Glozman, pesquisadora da Universidade de Buenos Aires, Argentina. Além de buscar explicar o conceito de linguagem neutra, apresentar dados e análises e responder a questionamentos específicos sobre o tema, o livro extrapola o campo estritamente

¹ Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

linguístico e observa outros aspectos políticos, sociais e educacionais implicados nesse assunto, como o surgimento de leis para defender ou proibir o uso da linguagem neutra e o papel da escola diante dessas discussões. Comentarei de forma resumida alguns tópicos que os capítulos pontuam para despertar a curiosidade do leitor.

Após a apresentação, o livro começa pelo capítulo “O gênero e o gênero”, de Sirio Possenti, o qual apresenta pelo menos três sentidos que a palavra gênero pode abarcar. Entre esses, os dois que serão enfocados pelo autor são: gênero gramatical e gênero enquanto questão social. Possenti começa citando os subverbetes que podem ser relacionados à mulher e ao homem e os sentidos distintos a depender de sua referência. Na maioria das vezes, quase de forma categórica, as descrições para as mulheres são associadas a algo pejorativo, enquanto as atribuições para os homens são designações positivas. Recupero aqui os exemplos trazidos pelo autor: “mulher pública = puta” e “homem público = o que ocupa alto cargo” (p. 21). Possenti defende com isso que “é no léxico que a violência discursiva no campo dos gêneros se exerce mais pesadamente” (p. 21).

Baseado em fenômenos linguísticos abordados pelo estruturalista Camara Jr, Possenti explica que o masculino é, na verdade, o termo não marcado no português brasileiro (PB) e que as regras de divisão de palavras masculinas e femininas são questões internas às línguas. Nesse sentido, Possenti finaliza seu capítulo expondo que as conotações extralinguísticas, uma linguagem machista ou uma linguagem inclusiva, atribuídas às construções sintáticas e morfológicas são construções do discurso e é nesse âmbito que precisam ser defendidas e justificadas.

Outros linguistas, no entanto, questionam a classificação do masculino como forma não marcada; é o que vemos no capítulo de Heronides Moura e Guilherme Mäder, “Reversão de gênero gramatical no português brasileiro”. Segundo suas pesquisas, há uma reversão do gênero gramatical no PB e essa “referência invertida”, mostra que não há neutralidade do gênero não marcado, visto que o modo apreciativo - ou seja, referência a uma qualidade positiva de uma mulher, utilizando, porém, um vocábulo masculino, exemplo “Por trás da Paula ela **é um leão**” (p. 50) - acontece somente quando termos masculinos são direcionados à mulheres, o que, talvez

inconscientemente, ainda expresse o imaginário de prestígio associado apenas ao homem.

O conceito da forma não marcada no PB também é posto em evidência por Raquel Freitag em seu capítulo sobre “Conflito de regras e dominância de gênero”. A concepção de binariedade atribuída pela marcação de masculino vs feminino pode ser uma forma elegante para explicar a generalização, porém é contraintuitiva para um não especialista da linguagem. Diante disso, vem se discutindo o fenômeno de uma linguagem neutra de gênero que possa representar efetivamente toda a população.

Em seu capítulo, Freitag menciona que ainda não há uma formalização clara da proposta do gênero neutro, que às vezes tenta representar um gênero genérico, contemplando todas as pessoas, e em outros momentos quer ser uma terceira forma, para se referir a pessoas não-binárias. Esse fato acaba causando incompreensão do conceito para os leigos no assunto e julgamentos contrários dos reacionários à proposta, aumentando, assim, a não aceitação. A autora alerta que é preciso cuidar para que essa proposta não se torne hegemônica, substituindo a outra forma dominante, o masculino neutro, apagando, em consequência, outras identidades.

Em “A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência”, Silvia Cavalcante traz para a discussão as definições que alguns manuais apresentam para explicar e estabelecer a linguagem neutra e faz uma comparação dos novos sistemas pronominais que têm por finalidade, justamente, tornar a “linguagem menos sexista” (p. 79). A autora retoma o conceito de mudança acima do nível da consciência, do sociolinguista Labov, devido ao fato de a linguagem neutra tratar-se de uma intervenção que os indivíduos reconhecem como algo consciente. Nesse sentido, Cavalcante comenta que esse fenômeno já apresenta variação e expõe que a resistência em aceitá-lo é decorrência de fatores externos, ou seja, ser uma mudança advinda de um grupo estigmatizado.

Logo no início do capítulo “Feminismo, mídias digitais e linguagem inclusiva”, Anna Christina Bentes, Rafaely da Cruz e Carolina Mendes deixam claro que, em contextos discursivos, a utilização de um ou de outro morfema marcador de gênero irá exibir valores sociais e culturais. A ideia de estratificação e categorização direciona os estudos das autoras para mostrar que a linguagem pode exercer uma função de

identificação com diferentes grupos da sociedade, exemplo disso é justamente a utilização da linguagem inclusiva. Bentes, Cruz e Mendes observam como isso se reflete em contextos reais de uso e analisam textos de sites e perfis do Facebook autodenominados feministas, adotando a classificação dos quatro tipos de marcação de gênero de Schwindt (2020): 1. a coordenação de formas de marcação de gênero, exemplo: amigos e amigas; 2. a coordenação com formas inclusivas, exemplo: todas, todos e todes; 3. a substituição das formas binárias, como bem-vindes; e 4. a especificação de gênero da instância de produção do texto, como pesquisadoras. A pesquisa parece mostrar que a coordenação ou a especificação de formas dão visibilidade a todos os grupos e que a substituição amplia o alcance para grupos minoritários na mesma medida em que rompe com alternativas menos bruscas de inclusão. Esses dados reafirmam a hipótese de que o estilo utilizado no texto não é um mero recurso, mas pressupõe um alcance e uma identificação com o leitor.

Na sequência, Dannel Carvalho, no capítulo “Quem é êla? A invenção de um pronome não binário”, fala sobre o papel social da marcação do gênero e o quanto isso reflete a visão de mundo dos falantes. Nesse sentido, volta à tona a discussão sobre arbitrariedade e motivação do signo linguístico. Carvalho mostra que essa suposta arbitrariedade presente em muitas línguas é, na verdade, motivada por uma tradição, em suas palavras, “falocêntrica”, herança de uma cultura greco-latina que valorizava excessivamente os corpos humanos e que é representada linguisticamente pelas formas binárias masculino e feminino. Uma evidência a favor da influência social no âmbito linguístico pode ser observada pela não marcação de gênero em línguas não indo-europeias, como nas línguas guajiro e iorubá, língua do grupo étnico-linguístico da África Ocidental e língua aruaque colombiana, respectivamente.

Pelo fato de algumas línguas terem em seu quadro pronominal apenas a distinção entre feminino e masculino, surgem movimentos que almejam a criação de um pronome que possa marcar o gênero não binário. Uma alternativa encontrada no PB foi a fusão do pronome feminino de terceira pessoa com o pronome masculino, o que gerou o “êla” que, inclusive, já é verificado em diferentes textos de redes sociais, por exemplo. Carvalho aponta que, à diferença de outras línguas como o sueco, que já introduziu oficialmente o pronome não binário, essa proposta no Brasil ainda não

encontra respaldo na forma da lei. Justamente é esse o ponto que os dois capítulos subsequentes vão focar: o capítulo de Fábio Ramos Barbosa Filho, analisando as leis contrárias à adoção da linguagem neutra no Brasil, e o capítulo de Mara Glozman, apresentando um projeto de lei favorável à linguagem inclusiva que está em tramitação na Argentina.

Em seu capítulo “Projetos de lei contrários à ‘linguagem neutra’ no Brasil”, Barbosa Filho traz conceitos de língua imprescindíveis para a compreensão do que está subjacente aos seis projetos de lei analisados, bem como o que esteve por trás de outras políticas linguísticas adotadas no Brasil em diferentes períodos. O autor sustenta, com base em Pêcheux (2009), que o sentido das palavras “é determinado pelas posições ideológicas” dos indivíduos e, por isso, observa, em detalhes, a conotação que as palavras assumem nos discursos dos parlamentares, sobretudo pelo fato de todos estarem vinculados a partidos políticos conservadores. Por sua análise, Barbosa Filho observa que não há um debate linguístico; mas um debate ideológico sustentado em argumentos também ideológicos em torno dos discursos favoráveis à linguagem neutra. Para encerrar, o autor expõe que ainda é preciso muitas investigações na área da Linguística, com respeito à linguagem neutra, que não fiquem restritas à análise gramatical, mas alcancem uma análise semântico-discursiva, visto que é nesse lugar onde são iniciadas “disputas políticas e ideológicas” (p. 160).

Diferente do exposto acima, Mara Glozman exhibe, em detalhes, as etapas envolvendo o projeto de lei favorável à linguagem inclusiva no contexto da Argentina e um conjunto de leis de anos anteriores neste país que sustentam a busca por inclusão. Glozman mostra que a Argentina foi pioneira em muitas dessas ações não somente em âmbito regional, mas também mundial, não significando, todavia, que o caminho até esse ponto tenha sido fácil; ao contrário, o país também passou e passa por muitos processos de normatização, seja linguística ou social. O capítulo “Contribuições para intervir na esfera pública” finaliza com a ênfase no papel da Linguística como disciplina científica que descreve e explica as variedades existentes nas línguas. A linguagem inclusiva de gênero, que está presente em múltiplos espaços sociais, é, segundo a autora, um dos fenômenos que demonstra a pluralidade das línguas.

O último capítulo do volume dedica-se a falar sobre o lugar da linguagem neutra no ensino de língua portuguesa no espaço escolar. Samuel Gomes de Oliveira inicia seu capítulo, “A linguagem neutra e o ensino de língua portuguesa na escola”, retomando algumas noções sobre linguagem neutra e revisando os manuais que propõem a criação de formas pronominais que deem conta do gênero não binário; a partir daí concentra-se em falar sobre a presença da linguagem neutra na educação básica. O autor menciona que já nos PCNs existe a preocupação de considerar o contexto do ato de interlocução, quem diz, para quem diz e a forma como se diz, o que faz com que se introduza na sala de aula a proposta dos gêneros discursivos. O emprego da linguagem neutra no ambiente escolar também estaria justificado na BNCC, à medida que as competências gerais apontam caminhos para a construção de uma sociedade inclusiva, levando em conta as diversas manifestações e valorizando a diversidade de saberes e vivências, por exemplo.

Oliveira, assim como outros autores do livro, comenta que a linguagem neutra está entre os conteúdos que evidenciam a variação linguística, um reflexo da evolução das línguas, algo importante de ser trabalhado no espaço escolar. Por fim, o autor frisa o papel da escola como um espaço que promova a reflexão dos conhecimentos, para que se construa uma sociedade que compreenda e respeite a diversidade linguística e cultural.

Embora cada autor tenha abordado o tema sob uma perspectiva diferente segundo seus pressupostos teóricos, todo o livro apresenta uma unidade. Os capítulos dialogam entre si, costurando conceitos, apresentando-os de maneira consistente, porém clara, para quem não está tão a par do assunto, e convidando o leitor, por meio das referências citadas, a explorar a temática. A pesquisa sobre linguagem neutra está no início. Nesse sentido, o livro contribui muito para as investigações no campo das teorias linguísticas, respondendo, segundo um embasamento crítico e científico, aos questionamentos conforme havia se proposto. Realmente, o livro não oferece respostas prontas para as perguntas listadas por ele mesmo (sua intenção não era essa) mas é impossível dizer que não há um posicionamento, explícito ou não, sobre a linguagem neutra por parte dos escritores, talvez pelo fato de se tratar de uma questão social e ideológica.

Referências Bibliográficas

BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. (org.) A. *Linguagem “neutra”: língua e gênero em debate*. São Paulo: Parábola, 2022.